UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Reflexões sobre a importância dos espaços públicos em meio a produção capitalista do espaço urbano: uma breve perspectiva sobre o bairro São Pedro

Clara Cristina Sarmento Dias

Juiz de Fora

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Reflexões sobre a importância dos espaços públicos em meio a produção capitalista do espaço urbano: uma breve perspectiva sobre o bairro São Pedro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do bacharelado no Curso de Geografia.

Orientado pela Drª Maria Lucia Pires Menezes

Juiz de Fora

2021

CLARA CRISTINA SARMENTO DIAS

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM MEIO A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: UMA BREVE PERSPECTIVA SOBRE O BAIRRO SÃO PEDRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do bacharelado no Curso de Geografia.

_____

Dra. Maria Lucia Pires Menezes (Orientadora)

Departamento de Geociências - UFJF

_____

Dr. Julio Cesar Gabrich Ambrozio

Departamento de Geociências - UFJF

_____

Msc. Francisco Carlos Moreira Gomes

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora, 10 de setembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Marta e a meu pai Paulo, sem o apoio e suporte incondicional deles jamais teria chegado aqui, obrigada por me encheram de tanto amor e carinho sempre, me mostrando que eu fui mais forte e maior que qualquer problema, me apoiando a cada escolha que fiz pelo caminho, dando todo suporte que uma filha pode querer e precisar, sempre foi e sempre será por vocês.

À família a qual eu escolhi, muito obrigada espacialmente aos meus irmãos de alma Stéfani, Lara Loures e Wesiley, que fizeram parte da minha caminhada nesses últimos anos, por terem feito a jornada na universidade valer a pena, por terem me ajudado nos piores dias (e sofrido comigo também), por terem comemorado comigo nos melhores, por me ensinarem tanto sobre tantas coisas e, principalmente, por terem permanecido durante esses cinco longos anos, de uma maneira ou de outra comigo; com certeza o caminho não teria sido tão bonito e intenso como vocês o fizeram ser. Ao Chico, agradeço por acreditar em mim, me incentivar, revisar esse trabalho milhares de vezes e apoiar de uma maneira só dele, sempre respeitando meus surtos, choros de madrugada e reclamações. À minha bruxa favorita Giovento, obrigada por todo o amor, suporte e amizade sempre. Agradeço ao Daniel e ao Leleco por todas as risadas e momentos ímpares, vocês foram tão essenciais quanto o Bar do Baixinho. Ao Gabriel Motta, agradeço por ser sempre o amigo que preciso quando mais preciso.

Ao Zé, agradeço pelo companheirismo, as longas conversas madrugada a fora, apoio, trocas e amor em todos os momentos, então, muito obrigada por ser parte da minha caminhada.

Aos colegas de curso e faculdade, foi ótimo viver essa etapa da minha vida com vocês.

Agradeço, também, a minha professora Maria Lúcia por toda orientação e ajuda que me foram dadas para que a conclusão deste trabalho fosse possível, por fazer eu me apaixonar pela geografia todos os dias e vê-la em cada lugar que passo.

Aos meus guias, o meu muito obrigada por nunca me deixarem fraquejar e por trilharem o caminho ao meu lado sempre, me dando força e fé todos os dias.

Agradeço à UFJF e a sociedade brasileira por financiar meus estudos, em prol do compromisso firmado em promover educação pública e de qualidade.

E por fim, mas jamais menos importante, agradeço a todes os professores que fizeram parte do meu caminho na educação, desde a pré-escola até o último dia da minha graduação Obrigada por todos os ensinamentos.

“Sob seus pés um novo edifício se ergue... um velho lar se desfaz.”

(VERSOS QUE COMPOMOS NA ESTRADA, 2015)

RESUMO

A pesquisa propõe uma reflexão a respeito da produção do espaço urbano contemporâneo, colocando no centro desta o papel do espaço público enquanto parte indispensável para a consolidação da vida nas cidades. Foi proposta uma análise de como o crescente processo de mercantilização das esferas da vida urbana, em meio a expansão da economia neoliberal, tem tirado a importância dos espaços públicos e afetando o direito à cidade e aos lugares. Por meio de levantamento bibliográfico, foi possível compreender os diversos fatores que atuam no processo de produção do espaço urbano e identificar como estes tem afetado a forma como a expansão urbana no Bairro São Pedro (Cidade Alta de Juiz de Fora) tem se dado. A partir disto, foi possível afirmar que a dinâmica que estrutura o espaço urbano na área estudada é pautada em uma lógica de crescimento econômico voltada para o consumo em detrimento dos espaços públicos de lazer.

Palavras-chave: Espaço público; Lazer; Desigualdade; Direito à Cidade; São Pedro

RESUMEN

El trabajo propone una reflexión sobre la producción del espacio urbano contemporáneo, situando en el centro el papel del espacio público como parte indispensable para la consolidación de la vida en las ciudades. Se propuso un análisis de cómo el creciente proceso de mercantilización de las esferas de la vida urbana, en medio de la expansión de la economía neoliberal, ha restado importancia a los espacios públicos y ha afectado al derecho a la ciudad y a los lugares. A través de la investigación bibliográfica, fue posible comprender los diversos factores que actúan en el proceso de producción del espacio urbano e identificar cómo éstos han afectado a la forma en que se ha producido la expansión urbana en Bairro São Pedro (Cidade Alta de Juiz de Fora). A partir de esto, se pudo afirmar que la dinámica que estructura el espacio urbano en la zona estudiada está guiada por una lógica de crecimiento económico centrada en el consumo a expensas de los espacios públicos de ocio.

Palabras Claves: Espacio Publico; Ocio; Desigualdad; Derecho a la Ciudad; São Pedro

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Juiz de Fora.....35
Figura 2: Localização da Cidade Alta de Juiz de Fora 39
Figura 3: Playground ofertado pelo Condomínio Jardim de Minas (MRV) 42
Figura 4: Crianças residentes do bairro brincando próximo à BR440 42
Figura 5: Av. Presidente Costa e Silva, 1621, Loja São Pedro, Juiz de Fora - MG em setembro de 2015 43
Figura 6: Av. Presidente Costa e Silva, 1621, Loja São Pedro, Juiz de Fora - MG em agosto de 2021.....43
Figura 7: Rua Roberto Stiegert, 31 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-380 em agosto de 2011.....44
Figura 8: Rua Roberto Stiegert, 31 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-380 em junho de 2021.....44
Figura 9:Av. Pres. Costa e Silva, 1752 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-130 em abril de 2015.....45
Figura 10: Av. Pres. Costa e Silva, 1752 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-130 em junho de 2021.....45
Figura 11: Av. Presidente Costa e Silva.....46
Figura 12: Casa e prédio da Rua Professor José Ribeiro 47
Figura 13: Casas da Av. Pedro Henriue Krambeck.....47
Figura 14: Terreno à venda na Rua Dr. Idolino Daibert.....48
Figura 15: Quadra poliesportiva CRAS-OESTE.....49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO **13**

1.1 A atuação dos agentes sociais no processo de produção do espaço urbano 14

2. A CIDADE COMO MERCADORIA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE CAPITALISTA **18**

2.1 Valor de uso e valor de troca na produção do espaço urbano 19

2.2 Financeirização e produção do espaço urbano 20

2.3 Entre o público e o privado: a cidade contemporânea como palco de disputa 23

3. ESPAÇO PÚBLICO: DIREITO DOS CIDADÃOS AOS LUGARES E AO LAZER **26**

3.1 A importância dos espaços públicos de lazer 27

3.2 Direito à cidade e seus lugares 31

4. EXPANSÃO URBANA NA CIDADE ALTA DE JUIZ DE FORA **35**

4.1 O Bairro São Pedro 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS **50**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS **52**

INTRODUÇÃO

Diante de um cenário cheio de disputas e contradições devido ao modo de produção capitalista, com o fortalecimento de dinâmicas sociais e políticas neoliberais combinadas com o crescimento de pautas que geralmente fomentam as sucessivas e acumulativas perdas sociais, é preciso promover esforços rumo ao entendimento do papel da produção do espaço nesse processo.

Não é uma novidade que a cidade está se transformando em um negócio, a contradição entre a produção social do espaço e sua posse privada para a reprodução capitalista, acaba provocando uma desestrutura social. As cidades capitalistas, com seus diferentes tamanhos, formas e conteúdo, materializada por distintos processos e agentes, gera grande interesse em vários campos científicos – nas ciências humana, especialmente na Geografia – que se esforçam para compreender o espaço em meio as suas complexidade e singularidades.

O trabalho se dá pela necessidade de uma reflexão sobre as condições em que têm ocorrido a expansão urbana no bairro São Pedro, que se apresenta como um espaço extremamente fragmentado e contraditório, evidenciando o que Corrêa (2000) destaca como característica própria do espaço urbano capitalista: a desigualdade. Que pode contribuir não apenas para a segregação das classes menos abastadas, como também para o déficit de infraestrutura e instrumentos públicos para o desenvolvimento social e cultural de seus habitantes.

A área estudada vem sofrendo grandes modificações de ocupação e desenvolvimento urbano imobiliário (ALBERTONI, 2014), desde a década de 1960, onde tem se dado um intenso e acelerado processo de urbanização sem planejamento adequado, o que a torna palco de diversos problemas socioespaciais (DE MOURA, 2017). Este continuo crescimento e renovação acabam não só reconfigurando o espaço urbano como também afeta a vida da população local, ainda mais a de maior vulnerabilidade.

Diante de tudo isso, tem-se como objetivo discorrer sobre o processo de transformação urbana, ocorrido na área central do bairro São Pedro, refletindo sobre as manifestações do lazer em meio a (re)produção do espaço urbano, marcado pelo conflito entre o interesse do capital e o direito à cidade. Procurando assim,

compreender as possibilidades de apropriação do espaço urbano pelos sujeitos em meio a expansão urbana, a relação entre os espaços público e a prática do lazer, a influência disto na cidade e as consequências dessa relação na vida urbana que se dá cidade contemporânea, fundamentando-os para entender qual o significado que permeia o espaço público na cidade.

Foi realizada uma busca de materiais como livros, teses, dissertações, revistas especializadas, trabalhos de conclusão de curso, sites oficiais e artigos cedidos por terceiros. Dessa forma, a proposta metodológica foi direcionada à pesquisa literária para uma análise das categorias básicas e fundamentais na produção do espaço urbano, em específico a organização, a transformação e a ocupação, segundo propostas apresentadas por estudiosos sobre o assunto em questão. Considerando as problemáticas envolvidas no assunto em questão, o trabalho será pautado na pesquisa bibliográfica científica de base marxista que evidencie o desenvolvimento capitalista e o processo de mercantilização das cidades.

Desta maneira, além deste tópico introdutório, serão apresentados 5 capítulos, onde no capitulo 1 foi realizada uma breve conceituação do espaço urbano, salientando, pela ótica de alguns autores base, como o conceito será abordado. Por sua vez no capitulo 2 é abordado um parecer sobre a cidade mercadoria, em uma tentativa de colocar em discussão as formas como o neoliberalismo atua na construção dos espaços na cidade. Já no capitulo 3 o foco é ressaltar a importância dos espaços públicos na vida urbana para além de seus benefícios urbanísticos, como sua contribuição social, cultura e psicológica. Finalizando com uma breve analise da área estudada no capitulo 4, pontuando momentos importantes desde o início da sua ocupação até seu estabelecimento, mostrando os desdobramentos que resultaram no espaço urbano hoje vivenciado pela população.

Compreendendo ao final como a produção do espaço urbano, em meio a lógica capitalista, constituiu-se de forma desordenada em meio à uma massa exagerada de edifícios, com foco na busca por melhor aproveitamento do espaço urbano e de prédios comercias para atender as demandas de consumo. Foi então possível notar que quem sofre as consequências é a população que acaba carecendo de atividades de lazer, recreação e arborização mais bem distribuídas pela esfera pública.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO

Na visão de Carlos (2015), o espaço urbano é, de fato, um produto intricado e contraditório da sociedade, sobretudo a capitalista, o qual se reproduz constantemente, por meio de conflitos políticos, sociais, econômicos, ideológicos e culturais. Nessa perspectiva, Carlos (2015) afirma que no meio urbano coexistem diversos interesses, como os do capital, do Estado e dos moradores. Por isso, em sua crítica, "a ideia do urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo stricto sensu" (CARLOS, 2015, p. 26), visto que seu espaço

> "é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social" (CARLOS, 2015, p. 27).

Isto quer dizer que, de acordo com a autora, a cidade deve ser entendida como um produto de um processo dinâmico, marcado por conflitos entre as várias esferas da sociedade, as quais possuem interesses distintos, que se reproduzem incessantemente no espaço, transformando-o e distanciando-o, cada vez mais, do meio natural.

Corrêa (1989), compreende a cidade como um produto da sociedade. Segundo o autor, o espaço urbano se apresenta como um produto social, respectivamente fragmentado e articulado, sendo, um espaço caracterizado por diferentes usos de terra que se conectam e relacionam de diversas formas. O mesmo acrescenta, que o espaço urbano é reflexo e condicionante da sociedade, ou seja, nele estão refletidas as ações, tanto do presente quanto do passado, assim como também estão contidos os objetos que condicionam a reprodução das condições e relações de produção.

O autor também aponta o espaço urbano como campo simbólico, onde estão presentes as crenças, os valores, os mitos e as utopias da sociedade, sendo também um campo de lutas, onde os conflitos entre diferentes grupos sociais se dão. Pode-se afirmar então que além de fragmentado, articulado, condicionante social, campo simbólico e de lutas, um reflexo da sociedade, o autor compreende o espaço urbano como "um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço" (CORRÊA, 1989, p. 11). Assim, levando em consideração esses apontamentos, é plausível dizer que

Corrêa (1989) apreende o espaço urbano como uma realidade complexa produzida pela sociedade por meio das ações dos agentes sociais.

As ações desses agentes sociais “derivam da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que delas emergem” (CORRÊA, 1989, p. 11), ou seja, são entendidos como responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano e estão intrinsecamente ligadas à lógica capitalista, isto é, à produção e acumulação de capital, como também, aos conflitos de interesses inerentes à sua complexa realidade. Nessa perspectiva, Corrêa (1989) enfatiza que a ação dos agentes sociais no espaço urbano se dá dentro de um marco jurídico que regula as suas atuações. Este marco jurídico, no entanto, reflete o interesse dominante de um dos agentes, constituindo uma retórica ambígua que possibilita transgressões de acordo com o que o agente influente almeja.

De acordo com Lefebvre (2001), a cidade pode ser entendida como uma obra, construída a partir da combinação de elementos; uma obra que por excelência da práxis e da civilização se desfaz e se refaz sob nossos olhos; uma obra produzida por certos agentes históricos e sociais, sendo assim, marcada por relações sociais dominantes. Na percepção de Capel, a cidade “é um resultado das práticas de agentes que atuam no âmbito do sistema capitalista” (1974, p.19), que utilizam dos mecanismos legais à disposição e/ou atuam fora deles para depois obter a correspondente sanção legal.

Para estes autores, os agentes sociais ocupam um papel importante na produção do espaço urbano, sendo este, um produto das suas realizações. É possível deduzir então, que apesar do espaço urbano ser um produto de inúmeras ações estabelecidas pelos agentes sociais, umas se destacam mais do que as outras. Então, todo espaço tem suas próprias regras, princípios e hierarquias, assim como, é definido a partir de conflitos e tensões que se constituem entre os atores sociais, por meio dos diferentes tipos de inter-relações de poder.

1.1 A atuação dos agentes sociais no processo de produção do espaço urbano

Segundo Capel (1974), os agentes sociais que operam no espaço urbano são: os promotores dos meios de produção, os donos do solo, os incorporadores

imobiliários e construtores e os órgãos públicos. Em sua percepção estes agentes são responsáveis pela reprodução do urbano, já que em uma sociedade capitalista a cidade e o espaço geralmente não pertencem a seus habitantes e não são modelados de acordo com seus interesses, mas sim de acordo com os interesses, por vezes contraditórios, de diversos desses agentes (CAPEL, 1974).

Nesse sentindo, Corrêa (1989) defende a existência de um outro agente operando na cidade, além dos citados por Capel (1974). Para ele, os principais modeladores do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os excluídos sociais.

Os proprietários dos meios de produção, segundo o autor, são as grandes empresas do setor comercial e as indústrias. Sendo estas grandes consumidoras do espaço, que frequentemente ocupam áreas que satisfazem seus requisitos locacionais (com ampla acessibilidade, estradas, vias férreas, portos, além de uma infraestrutura básica de energia e água).

Já os proprietários fundiários, proprietários de terra "atuam no sentindo de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades" (CORRÊA, 1989, p. 16), ou seja, atuam no espaço por meio da especulação de terras que:

> "[...]tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso" (CORRÊA, 1989, p. 16).

Porém as peculiaridades do solo urbano possibilitam criar infinitas formas de "benfeitorias" e usos fetichizados para a extração de renda. Então, seja no campo ou na cidade, os proprietários fundiários estão dispostos a embolsar a renda da terra sempre que possível. A produção do espaço sob os ditames da circulação do capital é para a permanência do capitalismo e lucro destes proprietários.

Já os promotores imobiliários, são aqueles que realizam, parcial ou totalmente, a incorporação, o financiamento, a construção e/ou a comercialização de imóveis (CORRÊA, 1989). Essa categoria engloba tanto os proprietários individuais que produzem poucos e pequenos imóveis urbanos, quanto as corretoras e/ou construtoras de grande porte, responsáveis pela venda e construção de inúmeras casas e condomínios residenciais e/ou comerciais.

O Estado, atua na regulação, na gestão e na negociação do solo, sendo também, o responsável pelos investimentos em infraestrutura pública (promoção e manutenção dos sistemas viário, de abastecimento de água, de coleta de lixo e esgoto, de iluminação pública, entre outros) e pela normatização do uso do solo, elaborando leis e normas, como as de zoneamento e o código de obras. Sendo importante destacar que as suas ações são marcadas por conflitos de interesses entre diferentes membros da sociedade, tendendo a privilegiar os segmentos considerados dominantes, por estarem em condições de poder (CORRÊA, 1989), pois geralmente estão mais organizados e ativos se comparados à sociedade civil.

Os excluídos socias se tornam efetivamente agentes modeladores do espaço ao ocuparem áreas públicas e/ou privadas para construir suas casas. Essas ocupações, além provocar significativas transformações no espaço, se configura como uma forma de resistência e sobrevivência da sociedade marginalizada na cidade capitalista. Já que em uma sociedade de classes existem incontáveis diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços (CORRÊA, 1989), sendo a habitação um desses bens, se apresenta inacessível para uma parte da população, e isso fundamenta as circunstâncias da questão residencial ser uma das implicações mais significativas no processo de produção da cidade.

De acordo com Corrêa (1989), estes são os grupos de atores que, agem e interferem no complexo processo de produção e no ordenamento do espaço urbano. Conforme o autor destaca, as ações dos agentes sociais sobre o espaço citadino são responsáveis pelo seu constante processo de reorganização. Sendo um processo que se dá por meio da incorporação de novas áreas, da deterioração de outras, da densificação do uso do solo, da relocação diferenciada da infraestrutura e da mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas (CORRÊA, 1989), ou seja, uma atividade dinâmica, complexa, transformadora e não linear dos agentes sociais.

Nesse sentido, é essencial destacar que a atuação desses agentes não ocorre de forma isolada, diferente disso, eles atuam em conjunto no processo de produção socioespacial. É importante reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes por meio do processo de totalização (SANTOS, 2004), como essencial para alcançar a verdade total contida num espaço. De acordo com Santos (2004), esse processo de desmanche, fragmentação e recomposição, ao mesmo tempo de análise e síntese é

responsável por unir a realidade que surge com a realidade passada, em uma lógica de contínua reorganização do espaço. Sendo fundamental, dessa forma, a busca pela análise do todo e das partes a fim de compreender o espaço em sua totalidade (SANTOS, 2004).

Pode-se dizer que a cidade é um produto das ações dos agentes sociais, e assim como o espaço não se constitui apenas de conteúdo social, mas também pelas formas espaciais, uma vez que, na percepção de Santos (2002), o espaço é a síntese provisória de ambos. O autor destaca que, a sociedade é a responsável por animar as formas espaciais, atribuindo conteúdo a elas.

Da Cunha (2008) argumenta que o espaço só se transforma em cidade conforme o tempo e o trabalho humano que o instrumentaliza, lhe dando forma e significado, construindo a “linguagem da vida real”, que surge apenas com a necessidade de produção dos meios de existência e as exigências de contato com os demais, conforme foi apontado por Marx e Engels (1989). O que nos leva a crer que o espaço urbano é uma sucessão de tempos de trabalho que, historicamente, determinam a sua configuração territorial por meio das ações dos agentes sociais, que negam uma natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada (DA CUNHA, 2008).

Sendo a cidade – compreendida nesse estudo como espaço urbano – uma realização humana que se estabelece ao longo de um processo dinâmico, histórico e continuo, a partir das ações conjuntas e desiguais dos agentes sociais é passível de inúmeras interpretações (CARLOS, 2015). Logo, se trata de um produto com inúmeros, e complexos, processos e temporalidades, onde as ações promovidas pelos agentes sociais, e influenciadas principalmente pela lógica capitalista, interferem e transformam, tanto a realidade social como a realidade material e concreta.

2. A CIDADE COMO MERCADORIA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE CAPITALISTA

O predomínio dos mecanismos de acumulação capitalista nas dinâmicas de construção do espaço urbano beneficia, em vários momentos, a elite econômica detentora do capital. O crescimento baseado no/para o mercado faz com que a segregação e a experiência concreta da pobreza, violência e exclusão nas cidades se aprofundem. Uma das grandes mazelas da vida urbana são reflexo da produção do espaço urbano como mercadoria, e negociável, a partir da valorização diferencial das incontáveis frações do urbano (SANTOS, 2013). Frações estas, abastecidas pelo modo desigual que serviços e investimentos públicos são prestados, que sustentam este mercado. Assim, a urbanização se dá alheia ao entendimento da produção do espaço urbano como construção social, regida por uma urbanização corporativa

> "[...] isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento de gastos sociais." (SANTOS, 2013, p. 105)

Atualmente é possível vislumbrar nas cidades o rebaixamento da coisa pública diante do privado e a escassez dos espaços abertos acessíveis, sendo perceptível a proliferação de mecanismos de vigilância, mercantilização e *gourmetização* do espaço e construção de muros. Se considerar que a ideia de passear a pé, naturalmente por estranhos, em meio a uma multidão de pessoas anônimas (CALDEIRA, 2011) é o ato mais simbólico da experiência moderna de cidade, então, os processos de privatização e de cercamento dos espaços ou as fronteiras das propriedades privadas, não só empobrecem, mas também recusam e repudiam essa experiência.

> "Em suma, em uma cidade em que os sistemas de identificação e as estratégias de segurança estão se espalhando por toda parte, a experiência da vida urbana é de diferenças sociais, separações, exclusões e lembretes das restrições no uso do espaço público. Trata-se, de fato, de uma cidade de muros — o oposto do espaço público aberto do ideal moderno de vida urbana." (CALDEIRA, 2011, p. 320)

A cidade contemporânea parece ignorar a importância das relações sociais diversas como elemento fundamental para a dinâmica da cidade. As atividades cotidianas da vida urbana, como os deslocamentos, o trabalho, a habitação e o lazer acabam se tornado irrelevantes e banais. O capitalismo se aproveita dessa irrelevância desses aspectos, desmerecendo ainda mais os que englobam o coletivo,

atendendo as solicitações individuais voltadas para o consumo ou pautadas apenas nele, criando estratégias para coloca-los como o que é realmente indispensáveis.

2.1 Valor de uso e valor de troca na produção do espaço urbano

Na economia política, a natureza do capital é precedida pela definição de produto a partir da teoria do valor, o que leva à definição de mercadoria. Considerado o precursor da formulação da teoria do valor, Adam Smith, na obra "A Riqueza das Nações", dentre todos os valores que trata coloca que:

> "[...] o valor tem dois significados diferentes: algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular, e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado 'valor de uso', e o segundo, 'valor de troca'" (SMITH, 1998 [1776], p. 85).

Tomando o valor de uso a partir de seu caráter subjetivo e imprevisível, visto que os usos potenciais de uma mercadoria são incontáveis e aparentemente infinitos (HARVEY, 2016), e o valor de troca pelo caráter especulativo de obtenção de tal valor, a passagem do valor de uso ao valor de troca auxilia no entendimento de como os interesses do capital transformam o espaço, resultantes da produção urbana, em mercadoria.

Conforme o valor de uso existente nos diversos locais do urbano, que abriga as atividades vitais para a existência em sociedade (como a habitação, a mobilidade, o lazer, o estudo e o trabalho), são aprisionados pelo valor de troca, os detentores do capital acabam dispondo dos espaços urbanos para a satisfação de suas demandas enquanto classe social, atendendo às exigências do mercado para fim de potencializar o retorno financeiro.

Harvey (2016) nos apresenta a produção habitacional como um exemplo das relações entre valor de uso e valor de troca na dinâmica da produção do espaço urbano, pois em boa parte do mundo capitalista avançado a moradia é construída de forma especulativa, como uma mercadoria a ser vendida no mercado para qualquer um que precise e possa pagar por esta. Porém, antes de se apresentar como mais-valia[1] para o incorporador, a casa fornece abrigo; é onde se pode construir um lar e uma vida afetiva; é um espaço de reprodução diária e biológica (onde se cozinha,

---

[1] **MARX**, K. O **Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do **capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

discute e cria-se os filhos); oferece privacidade e segurança em um mundo instável (HARVEY, 2016).

Visto que a moradia se trata de um valor de uso compartilhado pela sociedade de modo geral, a produção habitacional converte a necessidade de satisfação dos valores de uso em meios para potencializar o lucro do construtor/investidor e satisfazer as condições do mercado imobiliário especulativo. Sendo assim, as dinâmicas de conversão do valor de uso para valor de troca em que é pautada a produção habitacional também podem ser utilizadas na produção, distribuição espacial e acesso dos espaços urbanos.

Harvey reconhece que o capital se utiliza do valor de uso para garantir e expandir os ganhos potenciais da comercialização de suas mercadorias. E considerando que a habitação é apenas uma das possibilidades de mercantilização do espaço urbano, torna-se legítimo expandir essa reflexão a respeito de valor de uso e valor de troca para a dinâmica de produção da cidade como um todo, vide a proliferação de empreendimento voltados para o consumo, como shoppings, lojas, bares, cinemas instalados em diversos pontos das cidades, tanto das grandes quanto as de médio e pequeno porte.

2.2 Financeirização e produção do espaço urbano

As mudanças ocorridas na lógica de acumulação capitalista, no final da década de 70, baseadas na especulação, nos riscos e na instabilidade, foram determinantes na maneira com que o mercado passou a se relacionar com a produção do espaço urbano. Iniciada pelo capitalismo do Atlântico Norte, essa nova ordem econômica recebeu a denominação de Neoliberalismo, que pode ser conceituado como

> "[...] uma dentre várias tendências de mudança regulatória que foram desencadeadas no sistema capitalista global desde a década de 1970: prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a modificação em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros." (BRENNER, 2018, p. 164)

Para Harvey, o neoliberalismo é

> "em primeiro lugar uma teoria das práticas político econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido librando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma

> estrutura institucional caracterizada por sólidos direito à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado." (HARVEY, 2014, p. 12)

O avanço dessas práticas neoliberais sobre os mecanismos institucionais do Estado permite que tudo possa estar sujeito ao direito de propriedade[2]. Sendo assim, as implicações neoliberais na produção do urbano são percebidas a partir da possibilidade de financeirização[3] da cidade.

Alguns autores[4] vêm se debruçando sobre aspectos da financeirização e suas implicações na urbanização do Brasil. Segundo Fix (2007), o capital financeiro internacional, mesmo encontrando barreiras para entrar no Brasil[5], impõe um padrão de urbanização que "mimetiza os polos de negócios dos países globais", desde a década de 1990. E mesmo não ocorrendo da mesma forma que nos países asiáticos, o padrão de urbanização das principais metrópoles do país, em especial no caso de São Paulo, passou a se estabelece a partir da atualização da lógica especulativa mercantil, apontando para a financeirização da produção imobiliária.

Nesse processo, a intensa participação do Estado na criação de condições institucionais para o fortalecimento do sistema de finanças na produção do espaço urbano; a atuação de fundos de investimentos imobiliários compostos por agentes financeiros globais capazes de extrair rendas da terra na escala local, promovem o

---

[2] Sobre a abrangência da mercadificação, Harvey salienta que cada sociedade, a partir de suas convicções morais, estabelece limites. O autor apresenta como exemplo a utilização de determinadas substâncias ser considerada como prática ilegal em alguns estados enquanto, em outros, a mesma substância pode ser legalizada e regulamentada em escala industrial. (HARVEY, 2014)

[3] Para Calvete (2009) a financeirização é o fenômeno caracterizado pelo aumento da influência das finanças na economia, e também, nas relações políticas e sociais.

[4] Tais como Mariana Fix (2001, 2007), João Sette Whitaker Ferreira, Flávio Villaça & Ermína Maricato (2007), Flávia Martins (2011) e Daniel Sanfelici (2013)

[5] Entre os "mercados emergentes", o Brasil foi uma das últimas economias a adotar as recomendações de ajustes do FMI e do Banco Mundial. Tais ajustes implicavam em medidas de liberalização comercial, privatizações, flexibilização do mercado de trabalho, reforma do Estado e demais reformas econômicas que estivessem alinhadas com as políticas neoliberais. A abertura da economia brasileira para o capital financeiro internacional, nos moldes das práticas neoliberais, teve início apenas no começo da década de 1990, com o governo Collor, e se intensificaram no período FHC. (FIX, 2007)

que Sanfelici (2013) denomina como “reordenamento escalar do processo de urbanização”:

> “um recrudescimento do processo de fragmentação socioespacial, sobretudo em razão da ênfase dos grandes grupos do setor imobiliário na oferta de mega-projetos que apontam para graus mais ou menos elevados de ruptura com o tecido urbano como decorrência de sua natureza ‘introvertida’ – separação por muros e cercas, integração de funções diferenciadas (moradia, trabalho etc.), segurança e controle de acesso etc.” (SANFELICI, 2013, p. 43)

O autor destaca “o papel das grandes construtoras/incorporadoras como elos mediadores entre os fluxos financeiros globais e a captura de rendas do solo na escala global” (SANFELICI, 2013 p.44). Esse processo articulado a metropolização, mostra que existe um movimento que associa as intervenções urbanas em áreas centrais com a produção do espaço urbano. Nesse contexto, Barbosa (2002) mostra que as empresas identificam lugares otimizados para a reprodução do capital, exigem condições fiscais necessárias para os empreendimentos, o que consequentemente estabelece uma:

> “[...] competição na escala dos lugares, que por sua vez, aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatória, pois se realiza de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível” (BARBOSA, 2002, p.139).

Mais do que isso, as exigências do mercado financeiro impõem um modelo de construção de cidades, onde a construção de condomínios, centros financeiros, repletos de torres envidraçadas se transformou nas ações mais visíveis das investidas das cidades candidatas ao título de cidade global (BARBOSA, 2002). Este discurso acaba promovendo a invisibilidade dos conflitos e das contradições do urbano para legitimar planos e legislações urbanísticas que visam melhorar as circunstâncias que facilitam a circulação de capital, ainda que veladas por complexos aparatos legais que sugerem eficiência, rigor e imparcialidade na produção das cidades brasileiras. E como coloca Maricato, visa:

> “[...] a representação ideológica é um instrumento de poder — dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica” (MARICATO, 2000, p. 165)

Sob o domínio da economia neoliberal, as características contemporâneas das cidades são resultado de intenções marcantes, práticas determinadas e ações orientadas por grupos econômicos que visam, na produção da cidade, oportunidades de expansão dos lucros, mesmo que no processo uma significativa parcela da

população seja deixada de lado. Então, a maior participação das empresas privadas na produção da infraestrutura urbana, acaba intensificando as desigualdades e fragmentações socioespaciais. Onde parcelas específicas do espaço são recortadas e eleitas para receberem investimentos, mas sem considerar as necessidades da população em relação à espaço públicos e coletivos com infraestrutura e qualidade.

2.3 Entre o público e o privado: a cidade contemporânea como palco de disputa

Seja nos grandes centros ou nas cidades do interior, cotidianamente, grades, muros e barreiras se erguem por todos os lados. As cidades atualmente parecem bloqueadas ao encontro e ao diálogo, sendo concebidas em gabinetes distantes dos olhos e indiferentes as necessidades, impondo isolamentos e fragmentações de toda ordem. Os shopping centers, bares ou centros de lazer estipulam um novo padrão de espaço público e, consequentemente, um empobrecimento das possibilidades de interações públicas da vida contemporânea.

As cidades contemporâneas são um campo prospero para a criação de estruturas de proteção e exclusão, definidas por Teresa Caldeira como “enclaves fortificados.” A autora define estes enclaves fortificados, que têm se multiplicado nas cidades contemporâneas, como:

> “[...] propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão.” (CALDEIRA, 2011, p. 258 e 259)

A cidade projetada e construída parece rejeitar as relações sociais como parte da sua essência. As atividades básicas da vida urbana, como os deslocamentos, o trabalho, a habitação e o lazer, têm se padronizado. Privilegiando os aspectos da vida urbana que desarticulam o coletivo, atendendo aos apelos de uma subjetividade egoísta, baseada no consumo.

> “A sociedade moderna está gerando um novo tipo de caráter. É o tipo de pessoa empenhada em reduzir ansiedades provocadas pelas diferenças, sejam de natureza política, racial, religiosa, étnica ou erótica. O objetivo da pessoa é evitar qualquer sobressalto, sentir-se a menos estimulada possível por diferenças profundas. (...) A homogeneização cultural é evidente na arquitetura moderna, no vestuário, na comida de rápido consumo, na música popular, nos hotéis... A relação é globalizada e interminável. “Todo mundo é basicamente igual” expressa essa visão de mundo que busca a neutralidade. O desejo de neutralizar toda diferença, de domesticá-la, decorre (...) de uma

> angústia em relação à diferença, conectando-se com a economia da cultura global de consumo. Um dos resultados é o enfraquecimento do impulso de cooperar com aqueles que se mantêm teimosamente outros." (SENNETT, 2018, p. 19)

De acordo com Dardot e Laval (2017), a lógica mercantil fundiu à totalidade da experiência urbana, apropriando-se desde bens fundamentais para a vida, (alimentos, medicamentos, etc.) até os serviços públicos coletivos (os transportes, e os espaços externos, como as ruas, praças e parques), transformando os cidadãos em consumidores e intensificando processos de exclusão e desigualdades.

> "[...] o acesso às instituições culturais, aos equipamentos esportivos e aos locais de lazer e descanso torna-se cada vez mais difícil em vista das tarifas cada vez mais elevadas que são cobradas dos usuários clientes; os serviços públicos, desde hospitais até escolas, passando por penitenciárias, são construídos e cogeridos por empresas privadas; as instituições públicas de pesquisa e as universidades são "dirigidas" com objetivo de rentabilidade; florestas, mares, rios e subsolo são submetidos a uma exploração industrial cada vez mais intensiva; e todo patrimônio cultural pertencente ao "domínio público" é instado a tornar-se um "capital" cujo valor os museus e bibliotecas devem expandir." (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 109)

Analisar o urbano é entender que a produção do espaço vem do pensamento, das ações e das experiências de determinadas relações sociais. A cidade é resultado de vários elementos abstratos, como o conhecimento, a memórias, o desejo, as relações econômicas e de trabalho, sendo assim, resultado da produção e da relação de significados compartilhados pelas pessoas. O espaço público urbano tem diferentes representações para cada indivíduo, sendo assim, seu desempenho e apropriação estão ligados ao uso e às interações sociais que se dão nele. A preocupação da sociedade contemporânea está em conferir as potencialidades de cada lugar, buscando melhor direcionamento quanto às áreas de convício social, lazer e esportivo que atendam à necessidade de cada espaço urbano.

Hannah Arendt reconhece, na constituição do espaço público, a possibilidade de reunião entre as pessoas, e que apenas consolidados na instância do domínio público estes podem adquirir a materialidade necessária para transcender a duração da vida das pessoas. Com isso, uma vez que a materialidade da existência pública não se estabelece limitando-se há uma geração ou para aqueles que estão vivos, é a esfera pública que, conecta os vivos aos seus antepassados e os compromete com as próximas gerações. Dessa maneira, essa transcendência, possibilitada pela materialidade das coisas coletivas, nos garante a sobrevivência do mundo comum (ARENDT, 2016).

A possibilidade de uma sociedade urbana mais igualitária e consciente do processo de produção do espaço urbano, como algo coletivo, precisa ir além de se pensar a forma como estes espaços são produzidos, mas interferir no modo como são apropriados e geridos, sobretudo os de uso coletivo. Mas, à medida que o Estado permite que nos espaços públicos seja replicada pela cultura do consumo, com forças comerciais/corporativas tendo poder decisório sobre a gestão dos mesmos ou que estes, se tornem mercantilizáveis, acaba-se fomentando o surgimento de uma nova cultura pública, pautada pelo consumo.

Corrêa (1989) coloca que, por mais que o Estado possua todo um leque de ações, como regulador e regulamentador do espaço, isso não garante sua neutralidade na sociedade capitalista e que proverá de maneira justa e igualitária todas as condições de direitos para todos os segmentos sociais da cidade. Sendo os seus agentes públicos uns dos maiores responsáveis por reforçar a segregação de classes através de suas leis.

> “Tendo em vista estes propósitos, o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial, são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado.” (CORRÊA, 1989, p. 26).

As alusões neoliberais na produção do urbano são percebidas na dimensão em que a produção da cidade se dá voltada quase que majoritariamente para o setor privado e de consumo. As demandas da lógica neoliberal resultaram em mudanças concretas na paisagem urbana, acelerando e intensificando processos de periferização e minando a distribuição igualitária de serviços e investimentos públicos. A produção urbana, nesse contexto, promove novas formas de produção, onde a desigualdade e a exclusão são intrínsecas.

3. ESPAÇO PÚBLICO: DIREITO DOS CIDADÃOS AOS LUGARES E AO LAZER

O espaço urbano deve promover tranquilidade, convívio e recreação para população. Estando assim, relacionado ao atendimento às necessidades de cada pessoa. São espaços onde as diversas potencialidades estão relacionadas ao uso, tipo de solo, formalização de áreas de convício social, lazer e esportivas.

Como Carlos coloca “O cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades” (1996, p. 144-145). Os espaços públicos são lugares de encontro com o outro, o diferente. Oferecem a população a possibilidade de usufruir sua cidade através das práticas sociais, lazer, manifestações da vida urbana e consequentemente uma melhor habitabilidade do ambiente urbanos, visando o viver (YÁSIGI, 2000).

Serpa (2004) refere-se ao espaço público como sendo em si mesmo o espaço da ação política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Sendo assim, o espaço público é de uso comum e coletivo, pertence ao poder público. De uma forma geral, considera que o espaço público constitui um fator importante de identificação, como os lugares que se manifestam através de símbolos e como lugar de socialização, de encontro, onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade manifesta.

Um conceito ligado ao de espaço público é o de acessibilidade, defendido por vários autores como o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente. Serpa quando se refere à acessibilidade, coloca

> “Está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica (e abstrata) na concretização física dos espaços públicos urbanos.” (SERPA, 2004, p.22).

Para o autor a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, centros comerciais e prédios públicos. O que destaca que a acessibilidade transporta uma dimensão física e uma simbólica, mas coexistem na dimensão social do espaço.

Para Jordi Borja:

> "El espacio público es un concepto próprio del urbanismo que a veces se confude (erróneamente) con espacios verdes, equipamientos o sistema viário, pero que también es utilizado en filosofía política como lugar de representación y de expresión colectiva de la sociedad." (BORJA, 2003, p.21) [6]

Na concepção do autor, espaço público se centraliza essencialmente na trilogia cidade – espaço público – cidadania. Destacando que esses termos não podem ser entendidos de forma isolada, pois "[…] a nossa vida depende em boa medida desta relação […]" (BORJA, 2003, p. 22). Explica também, que os valores vinculados à cidade, de liberdade e de conexão social, de proteção, desenvolvimento dos direitos individuais, de expressão, de construção das identidades coletivas e de igualdade básica entre os seus habitantes, dependem de uma realidade material e não só um reconhecimento formal no estatuto de cidadania.

Para a cidade continuar se desenvolvendo os moradores necessitam de qualidade no modo de vida, educação, moradia, lazer e possibilidades de movimentação no espaço, que seja possível utilização de áreas públicas. Sendo imprescindível os equipamentos comunitários, que desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico da população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade (COUTO, 1981).

3.1 A importância dos espaços públicos de lazer

A necessidade por lazer pode ser entendida a partir do que destaca o estudo das necessidades de Maslow (KOTLER, 1998). De acordo com o estudo, o ser humano apresenta necessidades fisiológicas, de segurança, de status/estima, de autorrealização e necessidades sociais. As necessidades fisiológicas constituem a sobrevivência do indivíduo e a preservação da espécie: alimentação, repouso, abrigo, entre outros. A necessidade de segurança constitui pela busca de proteção contra a ameaça, a fuga e o perigo. A necessidade de estima envolve a auto apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, status, prestígio e consideração, etc. A necessidade de autorrealização o desejo individual realizar o seu próprio potencial e de se desenvolver continuamente. Já as necessidades sociais

---

[6] "O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde com (erradamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade." (Tradução feita pela autora)

incluem a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros, de troca de amizade, de afeto e amor.

Na definição de Cavallini e Zacharias (1994) o lazer é o estado de espírito em que o ser humano se coloca, dentro do seu tempo livre em busca do lúdico, isto é, da diversão, da alegria e do entretenimento. Para Camargo (1989) se trata um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, que se dão no tempo livre após a jornada de trabalho profissional ou doméstico, e que essas atividades intervêm de forma positiva no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. O lazer então é essencial, pois proporciona prazer ao indivíduo e principalmente a socialização do mesmo.

Considerando que o lazer é um direito[7] de todos, é papel dos governantes proporcionar espaços propícios a todos seus habitantes possam usufruir do mesmo, pois nem toda população possui renda extra para usufruir de grandes parques, clubes privados ou espaços voltados para consumo. Dessa forma os parques, praças, centros de convenções públicos são essenciais para um lazer que englobe todas as pessoas. Sendo estes locais, também, um refúgio, já que geralmente estão localizados nos centros ou próximo dos centros urbanos, podendo então ser utilizados para uma caminhada após o trabalho ou um encontro entre amigos. Que por serem públicos, podem ser usufruídos por qualquer cidadão. Dessa forma, entende-se que o lazer é importante para todos, podendo ser usufruído em qualquer espaço, seja este público ou privado, de consumo ou apenas estruturado para sociabilidade.

Para Macedo (1999), as praças são espaços de convívio que podem usufruir. Nestes locais as crianças são levadas para usufruírem de playgrounds, jovens vão jogar ou patinar, os mais velhos vão jogar cartas, cachorros são levados pelos donos para o passeio diário, onde diversas atividades se dão. Santini (2003) destaca que a

---

[7] **Art. único.** O art. 6º da Constituição Federal de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (NR)

utilização de parques e praças podem ser consideradas como um índice positivo na qualidade de vida urbana, desde que esses sejam adequados e compatíveis com os aspectos cruciais da vida contemporânea e, principalmente, com o lazer.

A LEI FEDERAL n°6.766 que prevê os requisitos urbanísticos para loteamento:

> "Art. 4º: Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:
>
> I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem." (BRASIL, 1999)

Tanto que no Estatuto da Cidade reforça essa necessidade com o intuito de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (FEDERAL, 2001).

> "Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes." (FEDERAL, 2001 p.10).

Pode-se notar que legislação se atenta para que todos os projetos de bairros tenham que destinar uma parte de sua área para lazer. Mas a realidade, geralmente, é que alguns destes espaços que são oferecidos à população não são utilizados corretamente ou não são conservados pelo poder público e acabam, por muitas vezes, sendo degradados pelo tempo ou até mesmo pela própria população usuária, o que pode desestimular os investimentos sobre os mesmos. O afastamento das pessoas dos espaços públicos de lazer, devido ao descaso, acaba as direcionando a espaços privados pela sensação de segurança e também por seus grandes atrativos. Dessa maneira as pessoas que não possuem condições de frequentarem estes locais acabam se confinando em suas casas e buscando lazer em seu próprio lar.

Gawryszewski (2003) afirma que a lógica neoliberal, onde o Estado tem preocupação na execução mínima dos direitos, o lazer fica sob o domínio da iniciativa privada, sempre visado como mais uma forma de lucro. Desta forma, embora seja considerado pela legislação um direito fundamental, o lazer passa a ser tratado como

mercadoria a ser consumida. Assim, o lazer passa a ser um dos componentes dessa estratégia de controle (HUNGARO, 2008 apud MACARENHAS, 2001), sendo assim:

> "Seja como oportunidade de descanso – para a recuperação da força de trabalho -, como entretenimento, ou, ainda, como um tempo para o consumo fetichizado das mercadorias, acaba cumprindo uma funcionalidade imprescindível ao metabolismo do capital. Assim pensado, trata-se, tão-somente de uma manifestação, um construto, que indiscutivelmente, serve à hegemonia burguesa no controle do tempo livre dos trabalhadores." (HÚNGARO, 2008, p. 234)

Com o processo de urbanização, muitas cidades vêm investindo em espaços privados de lazer, como os shoppings e bares, porém estes se tratam de um privilégio para poucos. As cidades estão cada vez mais divididas, possuindo grandes áreas privadas de lazer e poucos investimentos em centros públicos de lazer coletivo. As infraestruturas de lazer estão cada vez mais se fechas para grupos da classe mais abastada - por exemplo os grandes shoppings com área de lazer destinados à adultos e crianças e os parques de diversões. Até mesmo o setor imobiliário vem investindo nesse novo padrão de lazer. Desta maneira é possível interpretar que o tempo livre na sociedade capitalista, está voltado a mercantilização, a um consumo alienado, sendo disposto por meio de atividades que são encaradas como bens de luxo, ficando restrito a camadas economicamente superiores.

Os grandes condomínios investem em um lazer totalmente privado, oferecendo espaços com grandes piscinas, parquinhos, quadras diferenciadas, áreas verdes e etc. Isso faz com que as pessoas deixem de se relacionar e se fechem em espaços privados totalmente elitizados. Os locais públicos de lazer destinados a toda a população estão cada vez mais escassos. Deve-se atentar ainda que alguns parques e praças são criados, mas não oferecem atividades para a população ou não são do conhecimento da mesma.

De acordo com Custódio (2006), o planejamento urbano deve levar em consideração dois aspectos: a consideração da cidade como um ambiente dinâmico em constante processo de transformação, particularmente pelo crescimento e diversificação populacional constante e centrado na ideia principal de busca da melhoria da qualidade de vida da população, sendo, ao mesmo tempo, adequado ao pleno desenvolvimento dos cidadãos e seu direito à cidade e os lugares.

3.2 Direito à cidade e seus lugares

O direito à cidade é uma das maneiras de se pensar uma cidade que *pode* existir, longe da lógica de produção e reprodução capitalista. Sendo uma demanda que realmente se dá distante das feições do mundo contemporâneo, longe de seus preceitos e racionalidades de fragmentação e financeirização das cidades. Uma cidade que não é possível hoje, mas pode ser amanhã, uma utopia experimental (LEFEBVRE, 2001). O que Santos coloca como

> "[...] exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem o direito de desejar e que vale a pena lutar." (SANTOS, 1997, p. 322)

Levando em consideração como as pessoas habitam, é necessário pensar a cidade como espacialidade que resgata os seus sentidos e significados, o lócus das relações sociais (SANTOS, 1978), como lugar; a cidade como o lugar do habitar, do valor de uso, dos espaços públicos, do encontro, das e pelas simultaneidades, de si e do outro, do viver junto, onde é possível a concretização dos direitos.

O "lugar" – assim como cidade – possui sentidos múltiplos, com vertentes e significados interdisciplinares. Nos sentidos conferidos pela geografia, o lugar e os lugares são fortemente associados a uma dimensão cultural. Souza destaca que o lugar "[...] como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os sentidos de lugar e as imagens de lugar" (2013, p. 114).

Para Duarte "[...] o lugar é uma porção do espaço significada, ou seja, cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo" (2002, p.65). Ainda que a cultura seja um substrato fundamental, o lugar pode também assumi a dimensão de poder, são quase sempre territórios (SOUZA, 2013), já que as relações de poder perpassam tudo e todos, em graus e intensidades variáveis.

Os lugares estão presentes nas relações multifacetárias e escalares. Aparecendo na questão central no contexto da corrente globalização, que norteia tudo e de todos, ela está subjacente nos lugares tanto ao discurso hegemônico quanto ao contra hegemônico. Oliveira e Silva (2020) colocam que os lugares hegemônicos são os espaços da globalização neoliberal, com suas assimetrias e seus fluxos,

fragmentações e vulnerabilidades, aprofundando as desconstituições dos atributos de vivência e solidariedade em um constante clima de competitividade. Massey (2013) pontua que o discurso hegemônico, da globalização neoliberal, estabelece uma dualidade que trabalha em prol dos poderosos, ora defende a liberdade do espaço – os fluxos do mercado e os intensos deslocamentos dos envolvidos –, ora o "direito a seu próprio lugar", sobretudo para os que não recebem os investimentos do capitalismo global e, por esse motivo, não devem se deslocar.

Atualmente na globalização econômica, "[...] cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros" (SANTOS, 2004, p. 133), implicando em uma individualização que resulta na criação dos lugares do capitalismo financeiro, especialmente no imaginário das cidades. Esse processo gera impactos distintos e variáveis, os lugares são individualizados não apenas em sua ordenação territorial, estrutura e infraestrutura, mas também em suas desigualdades socioespaciais, exigências de direitos, omissões das carências e das necessidades imediatas (OLIVEIRA; SILVA, 2020).

Quando Santos afirma que "[...] os lugares reproduzem o país e o mundo segundo uma ordem." (2004, p.125), se trata de uma ordem unitária que cria a diversidade onde cada lugar é determinado de forma diferente, quantitativa e qualitativamente. Sendo assim, a abertura ou fechamento dos lugares operam, por conseguinte, em conformidade com a ordem do capitalismo global.

Se tratando dos aspectos contra hegemônico da relação entre global e local, há os lugares de resistência onde a dialética das cidades, com suas incompletudes e carências, suas omissões e fragilidades, abriga o que Milton Santos chama de homem comum, do lugar, que consiste nas maiorias e resiste às forças externas, e se afirma pelas solidariedades dos e nos lugares (OLIVEIRA; SILVA, 2020). E são nesses lugares que os projetos emancipatórios são impulsionados, no reconhecimento de si, do outro e do mundo, em que o sentido da vida é demonstrado no território usado (SANTOS, 1998), onde briga todos e evidência os desvelamentos de tempos e espaços contrastantes.

Para Relph são nos lugares "[...] onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco" (2012, p. 31). Para Arroyo (1996), este lugar permite a co-presença, a convivência, a interação, simplesmente, o "estar

juntos". Portanto, nos lugares que as assimetrias e as instabilidades presentes na distinção entre global e local se evidenciam (OLIVEIRA; SILVA, 2020). As lutas e as pautas associadas ao direito à cidade contêm as condições para que, nos lugares, seja possível conhecer, reconhecer e estabelecer os escopos que o global hegemônico – conceituado como superior ou neutralizador do lugar (OLIVEIRA; SILVA apud SASSEN, 2020) – proporciona nas escalas mais elementares da vida.

O direito à cidade, enquanto realização do possível e imediata, conta com prospectivas próprias (OLIVEIRA; SILVA, 2020). Para Harvey, o direito à cidade é um dos mais valiosos direitos humanos e consiste no "[...] direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade" (2014, p. 28). O autor reconhece que se trata de um direito mais coletivo do que individual. Já na percepção de Carlos (2017), o direito à cidade é apresentado como um projeto utópico. A autora questiona a dimensão do direito à cidade à mercê das políticas públicas, colocando as mesmas como insuficientes, por não atingirem em pontos centrais do paradigma dominante, como a questão da propriedade privada.

O direito à cidade foi pauta nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III –, realizada em 2016 na cidade de Quito, no Equador. O documento oficial do evento, a Declaração de Quito sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos, apresentou orientações programáticas para uma "Nova Agenda Urbana", propondo uma orientação a urbanização para 20 anos sucessores. O direito à cidade foi inserido no conjunto de direitos aprovados no sistema global, sob responsabilidade das Nações Unidas. Em seu parágrafo 11 constam as seguintes palavras:

> "Compartilhamos uma visão de cidades para todos, referindo-nos à igualdade de usos e usufruto das cidades e dos assentamentos humanos, buscando promover a inclusão e garantir que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer espécie, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resistentes e sustentáveis, para promover a prosperidade e a qualidade de vida para todos. Observamos os esforços de alguns governos nacionais e locais para consagrar esta visão, denominada Direito à Cidade, em suas legislações, declarações políticas e cartas." (CAU/BR, 2016).

Embora demarcado nesta legislação urbanística, a democratização do direito à cidade ainda se encontra distante. Este direito para Lefebvre, é a essência da cidade sendo entendida como obra, o que remonta a sua construção coletiva e a seu valor de uso:

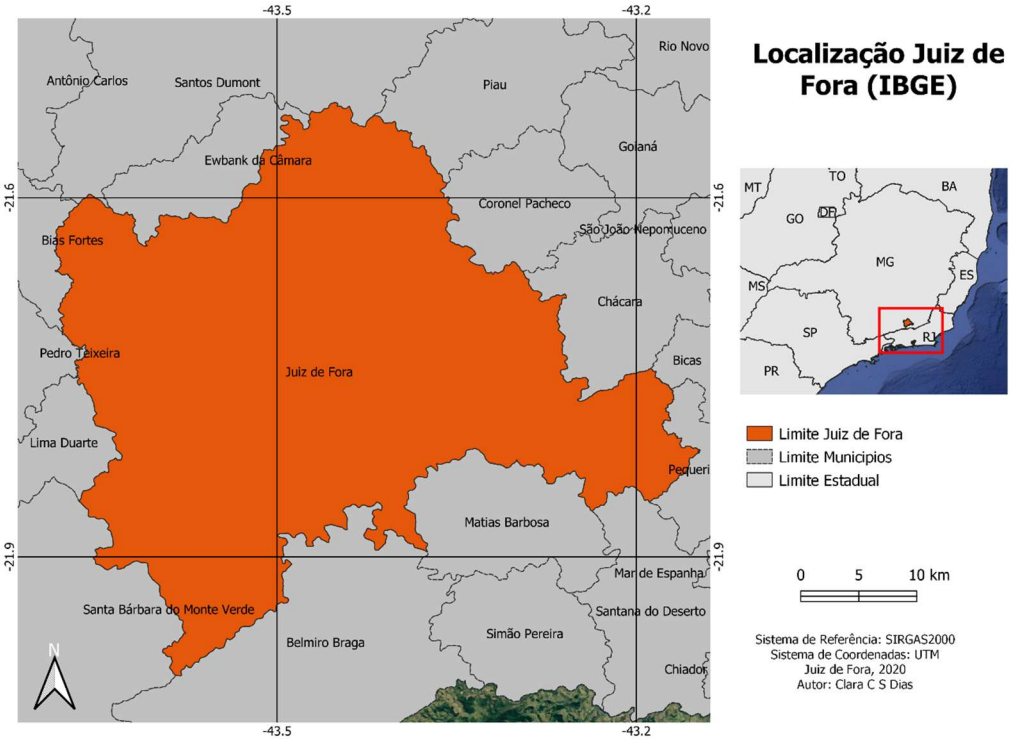
> “A própria cidade é uma obra, e esta característica se contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p.12).

Assim, o autor coloca que havendo uma produção da cidade e das suas relações sociais, seria mais voltada para os seres humanos, do que para objetos. A cidade tem história, sendo fruto das pessoas e de grupos nela viveram com o passar do tempo. A cidade deveria ser de seus habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados, onde o habitar reencontra seu lugar acima do habitat. O direito à cidade corresponde ao conflito entre a cidade vivida e a cidade mercadoria, afrontando a lógica de dominação. Neste processo, enquanto a realidade urbana se generaliza com a urbanização, esta destrói a cidade, apropriada por aqueles que a constituem.

4. EXPANSÃO URBANA NA CIDADE ALTA DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora (FIGURA 1) foi elevada à categoria de município em maio de 1850 (DIAS, 2017). Segundo o autor os primeiros processos de ocupação no município estão relacionados a criação “Caminho Novo”, estrada que interligava a região de mineração aurífera de MG ao Rio de Janeiro. A ocupação foi incentivada após o procedimento de retificação dessa estrada, executada entre 1836 e 1838 pelo engenheiro Halfeld. A cidade possui uma população estimada de 573.285 pessoas (IBGE, 2021) atualmente.

Figura 1: Localização de Juiz de Fora



Fonte: elaborado pela autora

Em meados do século XIX, a lavoura de café ganhou destaque no mercado de exportação brasileiro, fortalecendo economicamente e politicamente os grandes fazendeiros. Foi com o capital proveniente da cafeicultura que a possibilitou a organização e reequilíbrio das finanças públicas mineiras, que acabou:

> “[...] possibilitando a expansão da burocracia e dos serviços públicos, das atividades produtivas e da infraestrutura, já que mais de 50% dos impostos arrecadados sobre exportação provinha dessa cultura. Como a maior parte da produção tinha origem na Zona da Mata, também nela os efeitos

> transformadores foram intensos, sendo Juiz de Fora o município mais beneficiado" (PDDU/JF de 2000[8]: JUIZ DE FORA, 2004, p.162)

Dada a posição geográfica e os moldes da agro exportação da época, Juiz de Fora

> "[...] foi alçada à condição de núcleo urbano capaz de garantir a centralização de capitais regionais indutora de uma diversidade de investimentos, no sentido de consolidação urbana local, na estreita acumulação de capital, proporcionado pela economia cafeeira" (PDDU/JF de 2000: JUIZ DE FORA, 2004, p. 162).

Em sua pesquisa Dias (2017) coloca que o município obteve destaque nacional como principal centro industrial de MG, entre 1889 e 1930, devido ao modo investimento do capital excedente proveniente dessa lavoura nos empreendimentos industriais de bens de consumo, principalmente têxtil, ficando assim conhecida como Manchester Mineira[9]. Isso fez com que a população da cidade crescesse em ritmo acelerado[10], incentivado, sobretudo, pela política de importação de mão de obra de imigração de alemães, italianos, portugueses etc., para que que os mesmos "substituíssem" a mão de obra escrava, abolida em 1888.

Quando o governo do Império em 1850 passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil, essa política teve reflexos na cidade de Juiz de Fora através de Mariano Procópio Ferreira Lage que promoveu a vinda de alemães para a cidade, visando mão-de-obra especializada para trabalhar na construção da Estrada União e Indústria (OLIVEIRA, 1994). A mão de obra instaurada pela Companhia União e Indústria (COUTO, 2018) era composta por aproximadamente 1173 imigrantes alemães e tiroleses que partiram do porto de Hamburgo em cinco veleiros com destino ao porto do Rio de Janeiro e que posteriormente seriam conduzidos até Juiz de Fora, endereçados a exercer atividades na Colônia Agrícola Dom Pedro II e na pavimentação e conservação da Estrada.

> "[…] a Companhia União e Indústria, por meio do agenciador F. Schimdt, assinou 286 contratos no ano de 1858, sendo 44 na barca Tell, 65 na Rhein, 78 na Gundela, 50 na Gessner e 49 no Osnabrück. Somando-se cada

---

[8] Sigla utilizada neste estudo para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora, ano 2000.

[9] Analogia a cidade britânica Manchester, que teve destaque no Período da Revolução Industrial Inglesa, no processo de industrialização têxtil.

[10] "A população da cidade crescia a um ritmo acelerado: abrigando 600 famílias no núcleo inicial de 1850, chegou a 27.000 habitantes, em 1856, a 55.000, em 1890, atingindo na passagem do século com quase 75.000 pessoas. O contingente de escravos era significativo, com 20.000 pessoas em 1872, quase 6% do total da Província de Minas Gerais". (PDDU/JF de 2000: 2004, p. 162-163)

> contratado à sua família tem-se o total de 1173 colonos alemães e tiroleses" (COUTO, 2018, p. 27)

Em sua pesquisa De Moura (2017) cita que estes imigrantes se instalaram em uma área da cidade, que hoje faz parte da então Região Oeste, construindo colônias nos bairros hoje conhecidos como São Pedro e Borboleta (que foram chamados de "Colônia de Cima" e "Colônia do Meio"), essa região em questão foi considerada zona rural da cidade por um bom tempo, já que a topografia elevada criava inúmeras dificuldades de chagada até o local, o que trouxe a necessidade de alguns investimentos em estruturas urbanas para iniciar um desenvolvimento mais efetivo na área.

Segundo Barbosa (2013) as colônias instaladas na parte alta da cidade eram responsáveis por uma produção agrícola que abasteceria o mercado interno, enquanto a colônia localizada na parte central destinava-se a acomodação de trabalhadores especializados. Visto a proximidade com as obras da rodovia. No que diz respeito à ocupação dada nas terras altas adquiridas por Mariano Procópio e vendidas aos colonos Couto (2018) aponta:

> "As terras compradas por Mariano Procópio para a instalação da Colônia Alemã Dom Pedro II, que abrangem toda a área conhecida atualmente como Cidade Alta e regiões adjacentes, foram, em 1859, demarcadas e divididas em prazos (terrenos), cada um medindo 20 mil braças quadradas, ou seja, 96.800 m², que equivalem a dois alqueires mineiros [...]
>
> Após a compra das terras, os colonos davam início à derrubada da mata para construir sua moradia e cultivar o solo. A madeira das árvores, além de ser vendida como lenha na cidade, era também utilizada na construção de suas casas provisórias, que eram mais simples e posteriormente foram substituídas por moradias feitas com tijolos maciços aparentes, cobertas com telhas de barro e com janelas e portas de madeira." (COUTO, 2018 p. 51 - 53)

No final da década de 50, mas de forma mais ativa nas décadas de 60 e 70, houve um importante marco na intensificação do processo de ocupação urbana de toda região. A partir desse momento elevou-se o crescimento demográfico ligado a uma série de intervenções na estrutura urbana da cidade que estimulou a ocupação da mesma, como a criação do Aeroporto de Juiz de Fora – Francisco Álvares de Assis, inaugurado em 1958 em uma região conhecida como "Serrinha", onde atualmente se encontra o bairro Aeroporto (DE MOURA, 2017). O autor afirma também que o investimento trouxe inúmeros benefícios para a região, possibilitando a ocupação social/econômica dentro dela e na cidade viabilizando e fomentando a implantação de

novos empreendimentos, o que levou a criação de empregos e necessidade de mão de obra, permitindo um maior fluxo de pessoas entre a cidade e as principais capitais do país.

Outro marco muito importante para o crescimento da região foi a implantação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF que foi inaugurado em 1972, que trouxe consigo um progresso no contexto de ocupação da região Oeste. No período antecessor a década de 70 a ocupação da região ainda era baixa, quando comparado ao contexto dos anos 80, a diferença torna-se perceptível na área localizada mais próximo ao pórtico Norte do campus, onde houve uma ocupação iminentemente relacionada à inauguração do campus. Destaca-se que a área destinada para a construção do campus foi obtida através de uma doação realizada pela Prefeitura, que tinha como objetivo "promover o desenvolvimento de um bairro de pouquíssimos recursos, denominado de Martelos" (UFJF/PD, 1973, p.8) e como consequência levar desenvolvimento para a Região Oeste.

No início da década 70, o acesso ao campus era realizado unicamente pelo Morro do Imperador, um percurso longo, perigoso e com fluxo muito elevado, então o Reitor João Martins Ribeiro (Gestão 1972/76), engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, elaborou um projeto estabelecendo como meta prioritária um novo acesso ao campus, possibilitando possibilitar o acesso do campus em direção ao centro de Juiz de Fora em 1976 pela Avenida Independência (atual Avenida Itamar Franco) que se trata de outra obra de suma importância para o desenvolvimento da região oeste que foi construída na primeira administração do prefeito Itamar Franco fazendo a ligação da região da Cidade Alta com o Centro. Albertoni (2014) aponta que:

> "[...] o incremento populacional se dará, sobretudo em função da melhoria do acesso à região com a construção da Avenida Independência, em 1977, e da BR040, em 1982. Anteriormente, a estrada Engenheiro Gentil Forn constituía a principal via de acesso à Cidade Alta." (ALBERTONI, 2014, p.63)

Destacando a importância das vias de acesso e saída para o crescimento populacional da Cidade Alta, que tem nas ruas a dinâmica da cidade sob a lógica de produção e circulação de pessoas e capitais, ampliada pelas inovações tecnológicas, a fim de oferecer a este potencial público consumidor, serviços diversos, como restaurantes, papelarias, padaria, farmácias, entre outros. Em que muitos destes

serviços e comércios estão concentrados no eixo da Av. Presidente Costa e Silva, e nas proximidades do Campus da UFJF.

Embora a ocupação da região seja antiga, com predominância de descendentes de imigrantes alemães sediada nos bairros São Pedro e Borboleta, a expansão populacional se deu a partir da década de 80. A região foi incorporada à zona urbana em meados do século XX e mesmo assim após a incorporação havia um predomínio de residências com maior espaço e áreas de lazer (GERALDO, 2011).

> "A transferência de população para a região indica ainda um novo padrão de moradia das classes de maior poder aquisitivo com o deslocamento para áreas de amenidades em contraposição a ocupação dos bairros centrais. A busca de novas formas de moradia, já que está expressa status e, portanto, valor agregado do solo." (GERALDO, 2011, p. 82)

Pode-se notar então que toda a Região Oeste vem apresentando um processo de expansão impressionante desde o início de sua ocupação. A paisagem urbana da Cidade Alta (FIGURA 2) é marcada por intensos contrastes no uso e ocupação do solo, o que confirma a ideia de que a produção do espaço é desigual, constituindo assim, um reflexo concreto das dinâmicas sociais. Estas dinâmicas acabam resultando na redefinição de funções e usos, diante do deslocamento de população e atividades orientadas pelos processos de valorização e desvalorização imobiliária, bem como a incorporação de novas áreas (GERALDO, 2011)

Figura 2: Localização da Cidade Alta de Juiz de Fora

Fonte: elaborado pela autora

Segundo Geraldo (2011) as bases para as transformações no setor Oeste foram criadas no final da década de 70, sendo concretizadas no final da década de 90, quando houve um grande crescimento no número de loteamentos e a implantação dos primeiros condomínios fechados, representando novos padrões de segregação com o deslocamento da população de maior poder aquisitivo.

Os usos apresentados decorrem da atuação coordenada e/ou desordenada de proprietários fundiários, incorporadores/promotores imobiliários e do Estado, o que acaba permitindo a existência de mecanismos que além de fragmentar o espaço, impedem determinados atores sociais de participarem da vida urbana plenamente, o que acaba gerando danos ao exercício da cidadania e à apropriação da cidade (ARRUDA, 2014). A instalação de diversos condomínios fechados na área acabou facilitando também a instalação de comércio e serviços direcionados para os moradores destes condomínios, instalações as quais os residentes mais antigos e menos favorecidos monetariamente, por vezes, não conseguem ter acesso.

Os serviços, equipamentos e infraestrutura urbana contribuem de forma concreta para a exclusão da população menos favorecida economicamente. A iniciativa privada concentra atividades e equipamentos de lazer na Cidade Alta, estruturando e equipando também seus condomínios. Quando as mudanças no espaço urbano, em sua maioria, se limitam a construção de prédio, condomínios e pontos comercias, é importante discutir qual a relevância das infraestruturas voltadas para os habitantes como um todo.

4.1 O Bairro São Pedro

O São Pedro é considerado por muitos moradores o “coração da Cidade Alta”, sendo uma das áreas que mais cresce acaba atraindo muitos empreendimentos comerciais e imobiliários. Por abrigar um dos portões de acesso à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), está entre os locais mais procurados para moradia pelos estudantes que são de outros municípios. Para atender tanto os moradores nativos quanto os estudantes, os setores de comércio, serviços e imobiliário ofertados na área precisaram se diversificar.

Tendo em vista que a demanda por residência no bairro é contínua, pois há um aquecimento no início e fim de cada semestre, motivado pelo fluxo de estudantes que

procuram moradia ou vagas que se disponibilizam próximas à universidade, essa busca acontece o ano inteiro e isso acaba atraindo muitos investimentos. Dentre os investimentos realizados no bairro estão os da MRV Engenharia, da Inter Construtora e outras construtoras mais locais oferecem imóveis com um ou dois quartos, garagem e área de lazer, mas também casas alto padrão localizadas em condomínios fechados, com imóveis maiores, mais caros, com uma estrutura mais luxuosa e a garantia de segurança e lazer exclusivo. Mas ambos os tipos focam em apresentar as mesmas comodidades, só se diferenciando em tamanho e complexidade.

Ao longo da Av. Presidente Costa e Silva, principal via da região, é possível notar as mudanças que ocorre no bairro, a cada passo nota-se um novo prédio sendo construído, um novo ponto comercial sendo implantado e tudo se volta para o consumo, tanto de moradia quanto de serviços. Em sua pesquisa Carmo (2019) contabilizou 75 diferentes tipos de serviços distribuídos pela avenida, ofertados por 182 estabelecimentos, dos quais destacou o grande número de barbearias (10), farmácias (8), padarias (6), imobiliárias (6) e açougues (5). Isso sem contar os inúmeros bares, lanchonetes e restaurantes. Comprovando assim a diversidade do bairro em relação à produtos e prestação de serviços.

De maneira, que a instalação de novos empreendimentos imobiliários passa a aproveitar essa estrutura de serviços já instalada e operando em prol dos futuros moradores. Gerando assim uma valorização e interesse maior pelos imóveis, devido a dinâmica da área ao entorno. Assim estes empreendimentos imobiliários geralmente se valem da estratégia de usar como atrativos as facilidades do entorno, de maneira que os serviços que não estão implantados, mas que agregam valor e atratividade, acabam sendo criados dentro dos condomínios.

Gerando desta forma uma contradição socioespacial, onde os novos moradores colocam pressão na estrutura de serviço já instalada no local, elitizando e encarecendo valores relacionados ao consumo ao mesmo tempo que as infraestruturas ligadas ao seu bem-estar e lazer que não são ofertadas pela estrutura pública já instalada, são de uso exclusivo e intramuros (FIGURA 3 e FIGURA 4).

Figura 3: Playground ofertado pelo Condomínio Jardim de Minas (MRV)

Fonte: site da MRV: < https://imoveis.mrv.com.br/upload/imagens/963/playground-imagem-do-condominio-apartamentos-parque-jardim-de-minas-201809261917058727.jpg > acesso em: setembro de 2021

Figura 4: Crianças residentes do bairro brincando próximo à BR440

Fonte: acervo da autora

A partir dos novos usos e ocupações, novos fluxos de pessoas e mercadorias acontecem na região, o acesso à infraestrutura representa muitas vezes um benefício restrito e direcionado aos moradores de maior poder aquisitivo dependendo da proposta aplicada, o que muitas vezes substitui o que era anteriormente um

estabelecimento mais acessível para todos os públicos, como ocorreu na Av. Presidente Costa e Silva – 1621, onde o Bar do Gaúcho deu lugar ao Bigodeira que nitidamente se destina para o *"happy hour"* e ponto de encontro para quem gosta de consumir em lugares mais sofisticados (FIGURA 5 e FIGURA 6).

Figura 5: Av. Presidente Costa e Silva, 1621, Loja São Pedro, Juiz de Fora - MG em setembro de 2015

Fonte: Google Maps < https://www.google.com.br/maps/@-21.7723245,43.3721062,3a,75y,179.91h,94.7t/data=!3m6!1e1!3m4!1s2VcTYfQ61ysY6-fmgyvxIQ!2e0!7i13312!8i6656 > acesso em: setembro de 2021

Figura 6: Av. Presidente Costa e Silva, 1621, Loja São Pedro, Juiz de Fora - MG em agosto de 2021

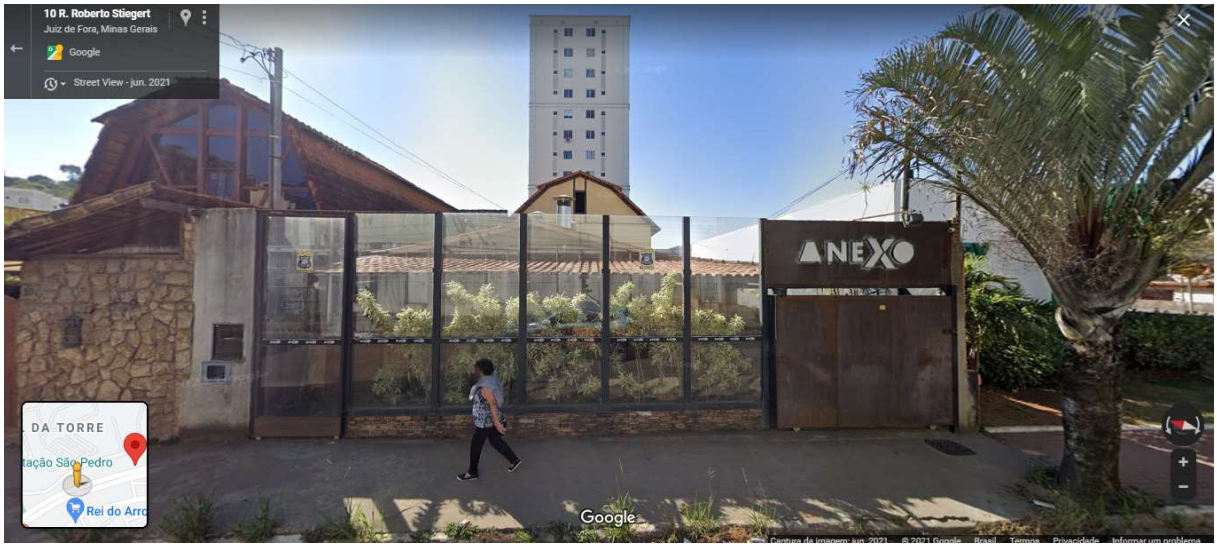
Fonte: acervo da autora

O mesmo ocorreu com o Pinga Nu Ninho que deu lugar ao Anexo (FIGURA 7 e FIGURA 8) e o espaço comercial, com um dos pontos alugado pela Sol e Neve – além de outros estabelecimentos já ocupados e vazios – que anteriormente era o Rei do Cangaço- Bar e Restaurante (FIGURAS 9 e FIGURA 10).

Figura 7: Rua Roberto Stiegert, 31 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-380 em agosto de 2011

Fonte: Google Maps < https://www.google.com.br/maps/@-21.7719299,-43.3817487,3a,75y,78.99h,87.22t/data=!3m6!1e1!3m4!1sPa2HLWJRXfkQcJgoRf5kHw!2e0!7i13312!8i6656 > acesso em: setembro de 2021

Figura 8: Rua Roberto Stiegert, 31 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-380 em junho de 2021



Fonte: Google Maps < https://www.google.com.br/maps/@-21.7718039,-43.3817831,3a,75y,86.03h,87.64t/data=!3m7!1e1!3m5!1sFfujY_jNkMKsBmv6M3rLkA!2e0!5s20210601T000000!7i16384!8i8192 > acesso em: setembro de 2021

Figura 9:Av. Pres. Costa e Silva, 1752 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-130 em abril de 2015

Fonte: Google Maps < https://www.google.com.br/maps/@-21.772404,-43.373572,3a,75y,36.46h,79.75t/data=!3m6!1e1!3m4!1s735yA5LZaDFk0u8sIijB3w!2e0!7i13312!8i6656 > acesso em: setembro de 2021

Figura 10: Av. Pres. Costa e Silva, 1752 - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36037-130 em junho de 2021

Fonte: Google Maps < https://www.google.com.br/maps/@-21.7723822,-43.3736058,3a,75y,36.46h,79.75t/data=!3m7!1e1!3m5!1stvC14yYugcaGbDnxn2EcHA!2e0!5s20210601T000000!7i16384!8i8192 > acesso em: setembro de 2021

As mudanças na esfera de serviços se relacionam diretamente com a mudança no padrão de moradia e vice-versa. Pode-se observar, no texto do anúncio da

Construtora GPS de Juiz de Fora, um exemplo de como a percepção da produção do espaço está relacionada, intrinsecamente, ao status e facilidades:

> "Seguindo o conceito dos grandes centros, o Capitão Faustino foi pensado para atender as necessidades de quem quer morar bem, em um imóvel compacto, e rodeado de serviços.
> No condomínio, coworking, espaço gourmet, bicicletário e muito mais. Com a academia Smart Fit já confirmada, além de outras 4 lojas comerciais."
> (retirado do anúncio no site oficial da GPS Construtora, grifo da autora)

O anúncio coloca em pauta o espaço público e da vida em público como algo desejável mas dentro dos seus muros. O prazer, a realização, a plenitude da existência da vida urbana são enaltecidas na medida em que o cidadão tem a oportunidade de negar o coletivo (comum a todos) e viver na bolha de seus iguais. Já que em sua maioria, o interior comporta áreas de lazer, com parque de recreação, em alguns piscina, e também equipamentos de ginástica, que visam suprir as carências dos moradores, mas que ao mesmo tempo o isolam da totalidade do bairro e de suas demandas.

A Av. Presidente Costa e Silva (FIGURA 11) corta duas realidades distintas, a mesma comporta todas as centralidades necessárias para a vida cotidiana e à suas margens estas coexistem. De um lado, prédios de pequeno, médio e grande, casas de classe média alta (FIGURA 12) e do outro várias casas precárias à beira da BR440 (FIGURA 13).

Figura 11: Av. Presidente Costa e Silva

Fonte: acervo da autora

Figura 12: Casa e prédio da Rua Professor José Ribeiro

Fonte: acervo da autora

Figura 13: Casas da Av. Pedro Henriue Krambeck

Fonte: acervo da autora

Ao adentrar as ruas do bairro, nota-se que a demanda por residências e serviços é o que impera no São Pedro, há poucos os espaços vazios e os que existem parecem à espera de um comprador (FIGURA 14).

Figura 14: Terreno à venda na Rua Dr. Idolino Daibert

Fonte: acervo da autora

São poucas, ou até desconhecidas pelos moradores que não moram próximos, as praças espalhadas pela região, no Google Maps as mesmas nem aparecem. Existem as quadras localizadas no interior das escolas oferecem atividades para a populçao que tem interesse ou podem ser solicitadas mediante a pedido formal. O local mais frequentado e de conhecimento da maioria para pratica de algum esporte e até mesmo local de encontro é a quadra do CRAS - OESTE (FIGURA 15) e a mesma se encontra em péssimas condições.

Figura 15: Quadra poliesportiva CRAS-OESTE

Fonte: acervo da autora

A região necessita de áreas de lazer públicas e a oferta de lotes desocupados, que teoricamente contribui para a estruturação desses equipamentos, é voltada para a implantação e ampliação de espaços privados de lazer. A UFJF apesar de oferecer um aparato completo de infraestrutura de lazer, espaço verde e projetos que beneficiam a população do entorno a mesma não deve ser único equipamento públicas, as praças, quadras e campos também devem estar distribuídos de forma igualitária para toda a população para além da universidade. O espaço público deve ser acessível, seguro e parte da vida de todos, podendo este usufruir do mesmo sem preocupação monetária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje pode-se dizer que o uso do solo urbano perdeu seu valor de uso, e ganhou cada vez mais valor de troca. Os agentes imobiliários, ao produzirem o urbano, redesenham o espaço, tornando os arranjos urbanos mais complexo, sofisticado e excludente, visando primordialmente o lucro e o consumo. Muitas vezes a promoção do empreendimento divulga uma nova forma de “morar”, o novo “estilo de vida ideal” dentro dos condomínios, ignorando o entorno.

A instalação de diversos condomínios fechados na área do São Pedro acaba facilitando também a instalação de comércio e serviços direcionados para os moradores destes condomínios, instalações as quais os residentes mais antigos e menos favorecidos monetariamente, por vezes, não conseguem ter acesso. É possível observar que a partir dos novos usos e ocupações, novos fluxos de pessoas e mercadorias acontecem na região, o acesso à infraestrutura representa um benefício que para população que ocupa o entorno dos condomínios fechados é inexistente.

Embora, na Cidade Alta existam grandes equipamentos públicos, é possível observar uma grande precariedade em relação a espaços públicos e equipamentos coletivos de cultura e lazer *versus* a quantidade de bares, restaurantes, baladas e até condomínios, que possuem suas próprias estruturas de lazer. Em toda a região existem poucas praças e espaços voltados para encontros e trocas gratuitos quando tirada UFJF.

A região necessita de áreas de lazer públicas e a oferta de lotes desocupados teoricamente contribui para a estruturação de equipamentos, mas na prática isso não ocorre. Em contrapartida à precariedade de espaço públicos há a ampliação de espaços privados de lazer. A iniciativa privada concentra atividades e equipamentos de lazer no bairro São Pedro, estruturando/ equipando seus condomínios e tomando posse do entorno. Uma vez que as mudanças nítidas no espaço urbano em sua maioria se limitam a construção de prédio, condomínios e pontos comercias, é importante discutir qual a relevância das infra estruturas voltadas para os habitantes como um todo.

O papel do poder público na construção do espaço, deveria ocorrer de forma a amenizar as desigualdades, garantido total acesso a infraestrutura e serviços públicos

para toda população. No entanto, na prática a cada dia podemos visualizar a instalação de novos condomínios e ponto comercial que perpetuam as condições de desigualdades urbanas e segregação espacial. O que contribui para diferenciação interna, o que dificulta não só a criação de uma identidade de bairro, mas também a relação e apropriação dos moradores que não só habitam esse espaço, vivem ele. É importante abordar o modo concreto de como as desigualdades se reproduzem em novas formatações.

A expansão dos serviços, equipamentos e infraestrutura urbana constituem elementos decisivos para a desigualdade latente no São Pedro, pois contribuem de forma concreta para a exclusão da população menos favorecida economicamente e isso acaba gerando um espaço ainda mais atraente para novos investimentos por parte do setor privado, até que não reste mais espaços públicos para uso dos que não pagaram por estes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

ALBERTONI, Fúlvio Piccinini. **A ação dos sujeitos sociais na urbanização da Região de São Pedro em Juiz de Fora/MG**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014. Disponível em < https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/594/1/fulviopiccininialbertoni.pdf> Acessado em: 23 de Janeiro de 2020

ARROYO, Mônica. **A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano.** Ensaios de Geografia Contemporânea. Milton Santos, uma obra revisitada. São Paulo: EDUSP, p. 55-62, 1996.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do Programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ**. 2014. Tese de Doutorado. Tese de doutorado apresentada ao Programa Pós Graduação em Sociologia Política, UENF/PGSP. Disponível em < https://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Tese-Ana-Paula-Serpa-Nogueira-de-Arruda.pdf> Acessado em: 15 de Abril de 2020

BARBOSA, Jorge Luis. **O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada**. GEOGRAFIA, Programa de Pós-Graduação em (Org.). Território Territórios. Niterói, p. 89-105, 2002.

BARBOSA, Yuri Amaral. **O Processo urbano de Juiz de Fora - MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao acaso industrial.** 135 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em < https://www.ufjf.br/latur/files/2011/07/O-PROCESSO-URBANO-DE-JUIZ-DE-FORA-_-MG.pdf> Acessado em: 11 de Fevereiro de 2021

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. Disponível em < https://derechoalaciudadflacso.files.wordpress.com/2014/01/jordi-borja-la-ciudad-conquistada.pdf> Acessado em: 05 de Junho de 2021

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em: 20 de Junho de 2021

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em < https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/06/Espa%C3%A7os-da-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-Estudos-em-Teoria-Cr%C3%ADtica-Urbana.pdf> Acessado em: 12 de Dezembro de 2020

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011. Disponível em < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ENdaTddtfEQC&oi=fnd&pg=PA1&dq=CALDEIRA,+Teresa+Pires+do+Rio.+Cidade+de+muros:+crime,+segrega%C3%A7%C3%A3o+e+cidadania+em+S%C3%A3o+Paulo.+S%C3%A3o+Paulo:+Editora+34%3B+Edusp,+2011.+&ots=Ozq7u7DnA5&sig=PlKNkmzbhUTom25lO7p7q66tTUY#v=onepage&q&f=false> Acessado em: 10 de Fevereiro de 2020

CALVETE, Cássio da Silva. **12 Impactos da Financeirização no Mundo do Trabalho**. Emprego, Trabalho. 2009. Disponível em: < http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814295F16D0142FC89D7E244FB/www.sineidt.org.br_Publicacoes_Livros_003_Emprego_Trabalho_e.pdf#page=421> Acessado em: 14 de Julho de 2021

CAMARGO, L. O. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPEL, Horacio. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**. Revista de Geografía, vol. VII, nº 1-2, Universidad de Barcelona, 1974. Disponível em < https://core.ac.uk/download/pdf/39036486.pdf> Acessado em: 03 de Novembro de 2020

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34396693/12759_o-lugar-no-do-mundo-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1629240588&Signature=RRLifeXbZkNlCWCmjf56uj2S5vh90SAA7uWWsqTeIuowQqKusG--oIvl2dLYv3nJ3oN3kh40AAArvszWjsYjkJYGOgS~2XBvbhRIPa1YypFjVsEp3AblmCbX6hkC1tXo3ybcoy6fe6zNpLEQkGnsWS9IrOST2mS1LtBl1OJpcaEu7e8tG2Ph624Ea7y~7WqQdn3U4mI-eJ-G7HEy5JGu7VPVB13ygvbrBKyTZBleDygrU77LLIxPraKFTq-g456QoGaDCu5wi2VwMG93bJSjr5VE~zOuYt3x33PZ4nh3a98GCHhb2w~TFwyxqr-cd2pPgBHBlzmmcGyyr6HwuUBWzw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> Acessado em: 12 de Março de 2020

_____. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015

_____ . **A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre in Justiça espacial e o direto à cidade**, CARLOS, A.F. ALVES, G.; PADUA, R. (org) Editora Contexto, São Paulo:2017

CARMO, João Gabriel da Silva. **Mudança da centralidade do bairro São Pedro: uma análise a partir das Avenidas Presidente Costa e Silva e Avenida Senhor dos Passos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em < https://www.ufjf.br/latur/files/2011/07/CENTRALIDADES-NO-BAIRRO-S%c3%83O-PEDRO-EM-JUIZ-DE-FORA-MG-UMA.pdf> Acessado em: 10 de Maio de 2021

CAVALLARI, V.R. e ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 2.ed. São Paulo: Ícone,1994.

CAU/BR. **Declaração de Quito sobre cidades sustentáveis e assentamentos humanos para todos**. Brasília. 2016. Disponível em: < https://caubr.gov.br/prefeitos/Nova%20Agenda%20Urbana_portugu%C3%AAs_tradu%C3%A7%C3%A3o%20CAU_BR1.pdf> Acessado em: 03 de Outubro de 2020

CORRÊA, A. J.; CASTRO, J. M. **Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza**. Impulso, v. 12, n. 27, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COUTO, Adriana. **A gestão dos equipamentos comunitários na cidade de Passo Fundo/RS.** 1981.

COUTO, Rita de Cássia Lara. **São Pedro – o coração da colônia alemã de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018. 300p.

CUSTÓDIO, R.B. **A influência das intervenções urbanísticas na atividade turística da cidade de Curitiba.** 2006. Dissertação de Mestrado em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em < https://www.sapili.org/livros/pt/cp020806.pdf> Acessado em: 31 de Maio de 2021

DA CUNHA, Erika Jorge Rodrigues. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. 2008. Disponível em < https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7EFPDL/1/a_natureza_do_espa_o_urbano.pdf> Acessado em: 10 de Junho de 2021

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017. p. 109, 282 e 509

DE MOURA, Alan Bronny Almeida Pires. **ANÁLISE AMBIENTAL DO CONFLITO DE USO E COBERTURA DA TERRA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA OESTE DE JUIZ DE FORA-MG.** 2017 Disponível em < https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6094 > Acessado em: 28 de Setembro de 2020

DIAS, D. S. ; SILVA. **Vou Levantar o Meu Barraco: uma percepção geográfica sobre as condições de habitabilidade no espaço periférico Três Moinhos, em Juiz de Fora, MG**; 2017; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia). Disponível em < https://www.ufjf.br/latur/files/2011/07/Monografia_Bacharelado_Daniel_da_Silva_Dias.pdf> Acessado em: 05 de Julho de 2021

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**. Arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. Debates, volume 287. São Paulo, Fapesp, Perspectiva, 2002.

FEDERAL, Senado. **Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília**, 2001. Disponível em < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf > Acessado em: 11 de Setembro de 2021

FERREIRA, João Sette Whitaker; VILLAÇA, Flávio; MARICATO, Ermínia. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano.** Petrópolis: Vozes, 2007.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada.** São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VkdxCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=FIX,+Mariana.+S%C3%A3o+Paulo+cidade+global:+fundamentos+financeiros+de+uma+miragem.+S%C3%A3o+Paulo:+Boitempo,+2007.&ots=swrkrbd5bh&sig=kooNd50psnYdYZ0HhU0AVgDZI6Q#v=onepage&q=FIX%2C%20Mariana.%20S%C3%A3o%20Paulo%20cidade%20global%3A%20fundamentos%20financeiros%20de%20uma%20miragem.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20Boitempo%2C%202007.&f=false> Acessado em: 15 de Julho de 2020

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na "Cidade Alta" de Juiz de Fora – MG**. Orientadora: Profª. Drª. Maria Lucia Pires Menezes. Juiz de Fora: UFJF/DEPTO. GEOCIÊNCIAS, 2011. 125. Monografia. (Bacharelado em Geografia). Disponível em < https://www.ufjf.br/latur/files/2011/07/Novas-Din%c3%a2micas-Socioespaciais-na-Cidade-Alta-de-Juiz-de-Fora.pdf> Acessado em: 03 de Fevereiro de 2021

GAWRYSZEWSKI, B. **A luta capitalista contra o ócio: a necessidade de um lazer consumista.** Efesportes, Buenos Aires, n. 66. 2003. Disponível em < https://www.efdeportes.com/efd66/ocio.htm> Acessado em: 09 de Agosto de 2021

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana São Paulo**: Martins Fontes. 2014

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HÚNGARO, M. E. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer.** 2008. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas. 2008. Disponível em < http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275149/1/Hungaro_EdsonMarcelo_D.pdf> Acesso em: 06 de Junho de 2020.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021**. Disponível em < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama > Acessado em: 12 de Agosto de 2021

JUIZ DE FORA. **Juiz de Fora Sempre.** Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

KOTLER, P.; ARMOSTRONG, G. **Princípios de marketing**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, S. S. de. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo : FAUUSP, 1999.

MARICATO, Ermínia et al. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil.** A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 121- 192, 2000.

MARTINS, Flavia Elaine da Silva. A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo. 2011. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989

MARX, K**. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013
OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: Vivendo a História**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de; SILVA, Manoel Lemes da. **Do direito à cidade ao direito dos lugares. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. Disponível em < https://www.scielo.br/j/urbe/a/znfPMBh8dGWZW7DGGsBByXF/?lang=pt> Acessado em: 10 de Maio de 2021

RELPH, Edward. **Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de lugar**. Qual o espaço do lugar. V.1, p. 17-32, 2012.

SANFELICI, Daniel. **Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate.** EURE (Santiago), Santiago , v. 39, n. 118, p. 27-46, sept. 2013 . Disponible em < http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612013000300002&lng=es&nrm=iso > Acessado em: 08 de Agosto de 2021.

SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação – questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo : Angelotti, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/262541762_Pela_mao_de_Alice_o_social_e_o_politico_na_pos-modernidade> Acessado em: 15 de Outubro de 2020

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec. 1978

_____. **O espaço do cidadão** (4a ed.). São Paulo: Nobel.1998

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** (4a ed.). São Paulo: Edusp. 2004

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SERPA, A. **Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-37, 2004. Disponível em https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123865 Acesso em: 17 de Julho de 2021.

SENNETT, Richard. **Juntos - os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2018, p. 19.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776].

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. São Paulo: Bertrand Brasil. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento da UFJF, Organizado para o Quatriênio 1973 – 76**. 1973.

VERSOS QUE COMPOMOS NA ESTRADA. Todos Os Lugares. CAROÇU, 2015. Disponivel em: <https://open.spotify.com/track/52JdHFzlVODoDxUzHAZDHJ?autoplay=true> Acessado em: 20 de Agosto de 2021

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos**. Humanitas, FFLCH/USP, 2000.